

Podem as panelas falar? O processo de institucionalização do patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)*

*Aline Vieira de Carvalho***
*Luciana Cristina de Souza****

Resumo. Desde que momento os bens de natureza imaterial passaram a compor o rol de preocupações do Iphan? Essa é a questão central do artigo proposto que, do ponto de vista temático, busca refletir sobre o ofício das *Panelas de Goiabeiras*, um grupo de artesãos de Vitória (ES), que fabrica panelas de barro com a característica “sem torno nem forno”, isto é, sem o uso de molde e a queima feita em fogueiras. Tal ofício foi registrado, em 2002, no *Livro dos Saberes* do Iphan. Portanto, o objetivo é discutir as políticas patrimoniais desse instituto acerca dos bens imateriais a partir do estudo de caso indicado.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial; Comunidades; Panelas de Goiabeiras; IPHAN.

Can earthenware pans speak? The institutionalization process of immaterial heritage by the Institute of the Brazilian Historical and Artistic Heritage (IPHAN)

Abstract. At what period did immaterial heritage become an issue for the IPHAN? It is the most relevant issue in current essay which, from the thematic point of view, investigates the work of the *Panelas de Goiabeiras*, or rather, a team of artisans in Vitória ES Brazil, who manufacture earthenware pans without the use of lathes or kilns. The artifacts are manufactured without molds and they are fired on bonfires. Manufacture was registered in 2002 in the IPHAN's *Book of Knowledge*. Current essay discusses the Institute's heritage policies on immaterial goods from the above-mentioned case study.

Keywords: Immaterial heritage; Communities; Panelas de Goiabeiras; IPHAN.

* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam), da Unicamp, Campinas/SP, Brasil. E-mail: alinenepam@gmail.com

*** Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, Campinas/SP, Brasil. E-mail: s_lucri@yahoo.com.br

¿Las cacerolas pueden hablar? El proceso de institucionalización del patrimonio inmaterial del Instituto de Patrimonio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)

Resumen. ¿A partir de qué momento los bienes inmateriales comenzaron a ser parte de las preocupaciones del IPHAN? Ésta es la principal cuestión de este artículo que, desde el punto de vista temático, busca reflexionar sobre el oficio de las *Paneleiras de Goiabeiras*, que agrupa a artesanos de Vitória (Espírito Santo) y fabrica ollas de barro con la característica de “sin torno ni horno”, o sea, sin usar molde y sin hornear. Este oficio fue registrado en el *Libro de los Saberes* del IPHAN, en 2002. Por lo tanto, el objetivo es discutir las políticas patrimoniales de dicho Instituto en relación a los bienes inmateriales, a partir del estudio del caso indicado.

Palabras Clave: Patrimonio inmaterial; Comunidades; *Paneleiras de Goiabeiras*; IPHAN.

Apresentação

Desenvolver um trabalho sobre o patrimônio cultural no século XXI é, antes de mais nada, considerar que ele é parte de uma sociedade complexa, múltipla e polifônica. Ao analisar o patrimônio cultural brasileiro dentro desse contexto, destaca-se que ele passou por modificações ao se ampliar e agregar a categoria imaterial junto com a material e, com isso, foi possível que outros referentes culturais passassem a compor a lista dos bens nacionais para além das materialidades protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) desde a década de 1930.

A vertente material do patrimônio é preservada desde 1937, dada a circunstância da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Iphan, por meio do Decreto Lei nº 25, que também instituiu o tombamento como a principal e única prática de proteção dos bens palpáveis. Fato que permaneceu até a elaboração do texto constitucional de

1988 que pelo artigo 216¹ determinou que o patrimônio cultural era composto pelas categorias materiais e imateriais. Na mesma ocasião, o tema cultura passou a ser assegurado pelo artigo 215² e, com isso, o Estado assumiu que todos os brasileiros eram produtores de cultura, ao mesmo tempo em que garantia a proteção das diversas manifestações culturais existentes no país.

Doze anos após a menção da categoria imaterial na Constituição de 1988, foi instituído pelo Ministério da Cultura, no dia 04 de agosto de 2000, o Decreto nº 3551, o qual determinou o registro como um instrumento de proteção voltado para os bens imateriais. Desenhou-se, com tal postura, um cenário dicotômico de proteção patrimonial em termos jurídicos e de gerência, visto que a atuação preservacionista do Iphan permaneceu com a prática do tombamento de bens materiais instituído na década de 1930 e, 60 anos após isso, agregou na política preservacionista o registro como uma medida de salvaguarda dos bens intangíveis. Dito isso, pode-se refletir que a recente concepção patrimonial foi de encontro com a atuação do órgão federal nos decênios anteriores ao congregar os diversos segmentos sociais e culturais e possibilitar que as ações de salvaguarda valorizassem e protegessem as denominadas “culturas vivas” e “manifestações culturais”.

Nesse contexto, O Iphan elaborou medidas com o propósito de criar mecanismos adequados a um patrimônio considerado dinâmico, vivo, em constante construção e transformação. Nesse âmbito, o Decreto-lei nº 3551/2000 determinou que as manifestações culturais fossem inventariadas utilizando o emprego da metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), que consiste no levantamento dos dados por meio da

¹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (...) (BRASIL, 1988).

² Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

biografia dos entrevistados, que são considerados os protagonistas da manifestação cultural por serem os detentores do conhecimento (FREIRE, 2005, p.11). Após isso, caso a prática estudada e inventariada apresentar potencial de salvaguarda, é registrado em um dos quatro *Livros do Registro* (Saberes, Expressões, Celebrações e Lugares). É elaborado ainda pelo órgão um dossiê contendo todas as informações relevantes para a divulgação desse patrimônio imaterial. Por fim, compete ao Iphan providenciar a revalidação do bem a cada dez anos, visto que as manifestações culturais que envolvem essa categoria do patrimônio são vivas e correm o risco de não serem mais praticadas pelos grupos, ou ainda, são passíveis de serem modificadas no decorrer do tempo. Diferentemente do bem material, que ao ser tombado deve permanecer com todas as suas características intactas, os bens imateriais configuram-se pela capacidade de transformação e ressignificação pelos praticantes.

Nesse sentido, o ofício das *Paneleiras de Goiabeiras* é uma prática cultural desenvolvida por artesãos que fabricam painéis de barro pretos. Ao receber o *status* de patrimônio cultural, todas as etapas de salvaguarda explanadas anteriormente foram utilizadas. A saber, o relatório com os resultados da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais foi concluído em 2001 pelos técnicos da superintendência regional do Estado do Espírito Santo. Já o registro foi realizado em 2002, o Dossiê foi concluído e disponibilizado para a sociedade em 2006, ambos executados pelo Iphan/MinC e, por fim, o registro encontra-se na etapa da revalidação, por enquanto sem resultados.

Como colocado, cabe analisar a categoria imaterial do patrimônio a partir da concepção de uma sociedade complexa e, sendo assim, acredita-se que os debates e as posturas institucionais em torno da temática não poderiam ser diferentes. Por isso, o objetivo do artigo repousa na análise dos discursos patrimoniais enfatizando as ações do Iphan em relação ao bem imaterial registrado como ofício das *Paneleiras de Goiabeiras*.

Patrimônio como construção social

Essa seção do artigo inicia-se com a seguinte concepção: os patrimônios não são autoexplicativos do seu valor e importância e as acepções que envolvem o tema acontecem no campo das relações sociais (SMITH, 2006, p. 55). A editora da revista Internacional de Estudos do Patrimônio, Laurajane Smith, pondera que, ao analisar os patrimônios como processos sociais, pode-se considerar que eles são constituídos pelas escolhas e não escolhas realizadas pelos diversos segmentos da sociedade, como as instituições, comunidades e os grupos detentores dos saberes. Na introdução da obra intitulada *Uses Of Heritage (2006)*, ainda sem tradução no Brasil, elucida que existem vários tipos de discursos sobre os patrimônios, que se dividem entre aqueles que determinam e legitimam e outros que cumprem o papel de silenciá-los, e até mesmo excluí-los das relações sociais.

Em seguida, a autora expõe sobre os discursos autorizados, que se configuram na ação do Estado ao empenhar-se na salvaguarda e preservação dos patrimônios oficiais. A pesquisadora utiliza o termo *authorized* ao explicitar que esse tipo de prática institucional só se concretiza perante a permissão das pessoas em relação às decisões institucionais (SMITH, 2006, p. 4). É possível, assim, compreender a analogia instituição-indivíduos/grupos em que os poderes oficiais, para se consolidarem, necessitam da aprovação daqueles que não pertencem à oficialidade.

Nesse viés, o ofício praticado pelos artesãos de Goiabeiras pode ser compreendido como um exemplo em que uma prática comum (fazer painéis de barro utilizando técnicas rudimentares) tornou-se foco do discurso autorizado, concretizado pelo processo de registro do bem patrimônio cultural imaterial. Além disso, os discursos autorizados foram incorporados pelos fabricantes, visto que, muitos acreditam e reproduzem a ideia de que são os legítimos detentores do conhecimento sobre a produção das painéis de barro

pretas e utilizam isso a seu favor ao expor que os utensílios feitos por eles compõem o patrimônio brasileiro.

Nesse viés, não se pode deixar analisar a importância dos “discursos não autorizados” (SMITH, 2006, p. 4), que são aqueles que desafiam a oficialidade ou que existem independente das chancelas patrimoniais. Como também no caso das panelas de barro que já eram fabricadas antes do processo institucional e não foram simplesmente inventadas pelos discursos oficiais. O que se conclui com isso é que os discursos “autorizados” são aceitos, apesar disso, não exclusivos.

Sobre o tema da analogia instituição-indivíduos/grupos, o antropólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Reginaldo Santos Gonçalves (2005, p. 214), conjectura que uma das questões que envolvem a temática diz respeito ao conceito de ressonância, ou seja, quando os sentidos sobre os patrimônios só conseguem se legitimar ao alcançarem o universo simbólico das pessoas. Portanto, os argumentos do autor vão ao encontro daqueles defendidos por Laurajane Smith (2006), que as seleções patrimoniais realizadas pela oficialidade para se concretizarem não podem ser rejeitadas pelos membros da sociedade.

Ao analisar o processo de preservação dos patrimônios brasileiros, percebe-se que os intelectuais e técnicos que atuaram no Iphan nos últimos decênios foram os responsáveis pelas acepções e significações conferidas aos bens nacionais. A pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (1997), ao tecer considerações sobre o assunto, explica que os valores institucionais modificaram-se no decorrer do tempo, isso quer dizer, que a postura preservacionista do Iphan em 1937 caracterizava-se na proteção dos bens que representavam os “fatos memoráveis”, como os vestígios da colonização europeia. Algumas mudanças ocorrem entre os anos 1990 e 2000, uma vez que, escopo valorativo do Instituto passou a considerar que “formação da sociedade

brasileira” ocorreu a partir do encontro cultural dos negros, índios e os europeus e, sendo assim, os vestígios deixados por eles deveriam ser preservados. Do mesmo modo que os pesquisadores Smith (2006) e Gonçalves (2005), Maria Cecília Londres Fonseca argumenta que a função institucional é responsável por fazer com que as pessoas acreditem que determinado patrimônio é parte da sua história.

Por todos esses motivos elencados, Fonseca defende a aceção do patrimônio como uma construção social, na qual estão envolvidas diversas pessoas, sejam elas profissionais da área ou não, localizadas em temporalidades e espaços diferentes (FONSECA, 1997, p. 35). Nesse mesmo sentido, Laurajane Smith considera que os valores que as pessoas (*experts* ou leigos) agregam aos patrimônios são fundamentais no processo de preservação ou esquecimento (SMITH, 2006, p. 55).

Do mesmo modo, o museólogo Mário Chagas (2008, p. 213) argumenta que os “fluxos e refluxos de significados e funções” do patrimônio são intercambiantes, posto às dificuldades em considerá-los eternos. O que já apresentou muito valor para a sociedade do passado corre o risco de não representar quase nada para as pessoas atualmente. Percebe-se com tal situação, que as significações que são conferidas pelos grupos podem ser esquecidas ou simplesmente perderem sentido e, com isso, novos valores passam determinar as seleções patrimoniais. A partir do que foi sublinhado pelos autores, convém ressaltar que a mutabilidade dos valores agregados aos patrimônios fazem parte de uma rede de construções simbólicas estabelecidas no campo das relações sociais.

Em conformidade com os argumentos apresentados, o professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Ulpiano Bezerra de Menezes (2012, p. 25) expõe as pessoas, os grupos e as instituições são responsáveis por determinar o que tem ou não importância.

Expõe que existem dois tipos de valores que podem ser analisados. O primeiro é denominado como “oficial”, ou seja, pertence ao grupo de especialistas, professores ou guias turísticos, já o segundo tipo assinalado, são aqueles vivenciados pelos indivíduos que muitas vezes estão longe se serem compreendidos pela oficialidade. Sobre o assunto, exemplifica com a seguinte situação:

Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós (MENESES, 2012, p. 26).

No caso explicitado pela citação, os valores conferidos pela oficialidade e não oficialidade configuram-se antagônicos, todavia, são atribuídos ao mesmo patrimônio e isso acaba dando ao mesmo bem finalidades opostas. Sobre o assunto, o diretor do Iphan (2004-2006), Antônio Augusto Arantes (2004, p. 9), defende que parte dos “insucessos” de determinadas ações preservacionistas configuram-se justamente no descrédito atribuído às comunidades ao serem impedidas de participar dos projetos oficiais. A partir dos argumentos esboçados, acredita-se que o processo de preservação dos bens precisa da participação tanto dos especialistas como dos indivíduos pertencentes ao grupo onde determinado bem se localiza.

Ação institucional

O cenário das políticas patrimoniais brasileira no início dos anos 2000 foi marcado por mudanças. Como colocado na apresentação do artigo, o Iphan adotou uma postura divergente ao incorporar medidas de salvaguarda dos

patrimônios imateriais nas ações preservacionistas. Alguns pesquisadores do assunto (MENESES, 2012; SOUZA; CRIPPA, 2011) analisam que no âmbito jurídico e gerencial o patrimônio cultural passou a ser concebido pelas naturezas materiais e imateriais, caracterizadas por dois lados aparentemente antagônicos. Ulpiano Bezerra de Meneses avalia a problemática em questão da seguinte maneira:

No entanto, consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens (MENESES, 2012, p. 34).

A partir do mencionado pelo pesquisador, destaca-se que o conceito de patrimônio imaterial passou a fazer parte das políticas preservacionistas do Iphan após quase 50 anos do Decreto-lei nº 25 de 1937, o qual criou o instituto e estabeleceu o tombamento como a principal ferramenta de proteção dos bens da nação. Já a natureza imaterial surgiu nos debates oficiais na década de 1990 e se concretizou como instrumento normativo nos anos 2000 por meio do Decreto nº 3551. Logo, os bens culturais materiais e imateriais nasceram em momentos distintos. Para o professor Meneses, a postura institucional no Brasil, ao invés de contemplar o patrimônio de modo amplo, continua separando e categorizando-o de maneira equívoca.

Na análise da pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (2009), a política de tombamento praticada nos primeiros anos de atuação do Iphan favoreceu principalmente as materialidades que representavam a colonização europeia, branca e católica, assim, os elementos que fugissem à regra estabelecida eram silenciados. A saber, se no mesmo sítio fossem encontrados artefatos portugueses, indígenas e africanos, os dois últimos não eram resguardadas pela lei de proteção dos patrimônios nacionais vigentes na década

de 1930 (FONSECA, 2009, p. 61). Contudo, tal postura institucional alterou-se quase 50 anos depois, tendo em vista o artigo 216 do texto constitucional de 1988, que alargou a concepção de patrimônio cultural ao incorporar o conceito de imaterialidade como se vê a seguir:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (BRASIL, 2000).

Vislumbra com o exposto, que o Iphan precisou refinar seu discurso patrimonial com o que foi determinado pelo documento de 1988. Percebe-se que o início dos trabalhos com a temática imaterial sucedeu o documento em questão. Como o tema desenhava-se novo, os técnicos, profissionais e intelectuais tiveram que refletir quais mecanismos de proteção eram coerentes à recém-criada vertente patrimonial. Dito isso, coloca-se que é compreensível a postura dicotômica do órgão, contudo, acredita-se que as atuais acepções do patrimônio não precisam seguir essa análise antagônica.

Patrimônios materiais e imateriais concebidos como partes de um todo

O que é um patrimônio?

Algo que se situa entre a matéria e o pensamento, que pode estar em um desses termos (COLI, 2012, p. 67).

A reflexão empreendida pelo professor Jorge Coli, livre-docente em história da arte e da cultura pela Universidade Estadual de Campinas, permite uma análise integral do patrimônio ao considerar que o conceito repousa na materialidade e no pensamento e não se limita em apenas um ou outro. Sobre o assunto, a especialista Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 68) afirma que o patrimônio cultural é constituído pela sua dimensão material e pelos sentidos que lhes são atribuídos. A pesquisadora analisa que as vertentes materiais e imateriais são “duas faces de uma mesma moeda” (2009, p. 68). Igualmente

como colocado por Ulpiano Bezerra de Meneses em seu discurso na *Conferência Magna* do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.³

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo o patrimônio imaterial tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo o patrimônio material tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas, basicamente operacionais (MENESES, 2012, p. 31).

Ideia também defendida pela professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Izabela Tamasso ao argumentar que a imaterialidade do patrimônio só ocorre se existir um “apoio material”. Sobre o assunto expõe:

Creio que, quando os impactos se dão no âmbito da esfera material da manifestação cultural, é porque, de alguma maneira atingiram a esfera do intangível e vice-versa. Não são caracteres interdependentes: um só existe pelo e para o outro. Os impactos quando afetam um sistema cultural, fazem-no tanto do ponto de vista do material quanto do intangível (TAMASSO, 2002, p. 26).

Por esse motivo, as naturezas materiais e imateriais fazem parte de um sistema único de significações que só podem existir juntos e não separados. As painéis de barro pretas se enquadram nessa rede de sentidos que qualificam o patrimônio como um campo complexo. A visto disso, o vice-diretor da divisão de patrimônio cultural e chefe da seção de patrimônio intangível da UNESCO, Laurent Lévi-Strauss (2006, p. 79), explana que os patrimônios tanto materiais e imateriais são parte de um “conjunto único e coerente, e só podem representar as complexas relações sociais se forem concebidos não isolados mas como parte integrante de seus ambientes físicos, culturais, naturais e não físicos.”

³ O I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural enseja uma ampla avaliação das atividades não só do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, como também dos municípios detentores de tombamentos federais e comprometidos com a articulação decorrente da criação, no início de 2009, de uma associação nacional para congregá-los. O fato do balanço dos resultados do Iphan ter transcorrido durante um encontro que envolveu os municípios revela o primeiro ponto positivo da atual política de patrimônio no país, a qual se resume na prática do diálogo e da parceria como instrumentos de trabalho.

Por isso, a pesquisadora Laurajane Smith (2006, p. 53) pressupõe que a noção mais recente de intangibilidade pode ser analisada como desestabilizadora dos discursos oficiais que naturalizavam os patrimônios somente como materiais. Ao transferir os argumentos da autora para o cenário preservacionista brasileiro, coloca-se que a valorização dos bens imateriais ocorrida por meio dos registros possibilitou uma diluição das ideias naturalizadas e oficiais que insistiam na separação do “processo” e “produto” e do “popular” e “erudito”.

Ao concordar com a autora, percebe-se que a valorização dos patrimônios imateriais assumida pelo órgão federal brasileiro modificou a percepção sobre o ofício da fabricação das panelas de barro pelos próprios artesãos, que se transformou de um trabalho “desqualificado” praticado por aqueles que não tinham conseguido se inserir no mercado de trabalho, para algo que compõe as diversas culturas espalhadas pelo Brasil. Configurou-se, assim, a valorização pela comunidade e pelas políticas patrimoniais que incorporaram em seus discursos expressões populares não como algo inferior, mas como parte de uma sociedade diversificada. Em suma, os exemplos dos artesãos de Goiabeiras ilustram os argumentos desenvolvidos por Laurajane Smith, ao considerar que a aceção de intangibilidade permitiu que novos atores sociais arrogassem valores e escolhessem seus próprios patrimônios. Além da possibilidade de inserção de novos instrumentos de preservação como a salvaguarda, nesse contexto a autora defende o seguinte argumento na introdução da obra *Uses of Heritage* (2006).

Na verdade, o trabalho parte da premissa de que todo o patrimônio é intangível. Ao sublinhar a intangibilidade do patrimônio, no entanto, não estou descartando o tangível, dos discursos, mas simplesmente desprivilegiando e o desnaturalizando como forma de auto evidente e essencial do patrimônio (SMITH, 2006, p. 3).⁴

⁴ No original: “Indeed, the work starts from the premise that all heritage is intangible. In stressing the intangibility of heritage, however, I am not dismissing the tangible or pre-discursive, but simply deprivileging and denaturalizing it as the self-evident form and essence of heritage” (SMITH, 2006, p. 3).

Com isso propõe desnaturalizar a ideia de que um monumento, objeto, móvel ou um imóvel que representa o passado, “sempre” exerceu a função de ser um patrimônio, quando, na verdade, foram escolhidos, contemplados, pensados e imaginados como tal, pelos discursos estabelecidos nas relações sociais. A partir das ideias aqui elencadas, a próxima seção do artigo propõe apresentar o ofício das *Paneleiras de Goiabeiras* como uma prática social que foi incorporada pelos discursos patrimoniais.

Sem torno, nem forno

O ofício das *Paneleiras de Goiabeiras*, registrado como patrimônio cultural imaterial, baseia-se nos trabalhos desenvolvidos pelos artesãos em um galpão onde são fabricadas e comercializadas as panelas de barro pretas. Algumas informações, assim como documentos que serão tratados no corpo desse texto, foram conseguidos em trabalhos de campo ocorridos em maio de 2013. Salienta-se, que não foram realizadas entrevistas, visto que estudos desenvolvidos por outros pesquisadores (DIAS, 2006; NICOLE *et.al.* 2012), e que utilizaram a metodologia da história oral, permitiram o acesso a um rico acervo, que foi explorado como fonte de informação para o estudo de caso.

O grupo de produtores de panelas é formado por 118 associados (em 2013) e, segundo Berenícia Correa do Nascimento (diretora da Associação das *Paneleiras de Goiabeiras* na data dos trabalhos de campo), são constituídos por homens e mulheres, que na sua maioria aprenderam as atividades com algum familiar. Mesmo com a inserção dos homens no universo das paneleiras, que ocorreu mais recentemente devido à valorização das panelas e ao retorno financeiro que elas proporcionam, a figura feminina se sobrepõe à masculina no quesito fabricação, uma vez que o número de mulheres artesãs é maior do que homens artesãos.

O bairro de Goiabeiras tem grande importância na constituição dessa manifestação cultural. A maioria dos fabricantes sempre residiu na localidade, a começar pelos endereços das casas que foram herdados de seus antepassados. Salienta-se, que antes da existência do galpão, como será visto mais adiante, as panelas pretas eram fabricadas nos quintais e os espaços trabalho e moradia misturavam-se. Atualmente, mesmo existindo um local próprio para a produção das panelas, algumas pessoas continuam praticando os saberes em suas residências. O fato é que as panelas apenas não moram ou trabalham em Goiabeiras, mas constituem uma relação da qual não é possível desvincular o local como parte dessa produção cultural, tanto é assim que o nome do bairro compõe o bem em questão.

Diante do exposto, coloca-se que as panelas pretas são vendidas para os moradores e comércios locais, turistas e, comumente, são exportadas. Uma das características que reveste de peculiaridade o utensílio de Goiabeiras é o fato de as panelas serem fabricadas “sem torno e nem forno”. Isso quer dizer que a modelagem é feita pelas mãos dos artesãos sem a ajuda de um torno e o barro transforma-se em panelas utilizando das técnicas que são conhecidas e empregadas pelos fabricantes. Após isso, os utensílios são queimados a céu aberto e não em fornos, pois nesse momento um tipo de tintura, denominada tanino, é utilizada como impermeabilizante que dá resistência e escure a panela.

Segundo a pesquisadora Carla Dias, fazer panelas de barro em Goiabeiras pode ser considerado uma tradição, uma prática que ocorria no passado e que ainda está presente no cotidiano nos artesãos (DIAS, 2006, p. 20). Muitos produtores afirmam que seus familiares faziam panelas há mais de 400 anos e o artigo aqui desenvolvido concorda que a prática do ofício é antiga, contudo, sem uma localização precisa em um espaço temporal. Convém, desse modo, denominar o saber fazer panelas de barro como “costume” e não como

uma “tradição”, conforme colocado pelo historiador Eric Hobsbawm na introdução da obra “A Invenção das Tradições”, ao diferenciar os dois termos.

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições” inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente: continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p.12-13).

Ao enquadrar os ofícios praticados pelos artesãos de Goiabeiras como “costume” é possível vislumbrar as mudanças e adaptações que envolvem o conhecimento sobre a produção das panelas de barro. Não determiná-los como uma tradição faz com que esses saberes não sejam congelados no tempo e fadados a uma prática de repetição.

A Associação das *Paneleiras de Goiabeiras* (APG) foi fundada no dia 25 de março de 1987 por um grupo liderado pelas mulheres da comunidade. Enfatiza-se que os artesãos não são constituídos apenas por mulheres, mesmo porque são elas que dão o nome ao ofício, a rua e o galpão, o gênero feminino não se configura como o único detentor do saber, e como qualquer outro grupo é heterogêneo composto por homens, mulheres, homossexuais e transexuais.

A APG foi fundada para impedir a construção de uma estação de tratamento de esgoto na área onde é extraída a argila utilizada na fabricação das panelas pretas. O local é conhecido como Vale do Mulembá e se localiza no bairro vizinho, Joana Dar’c. O barro proveniente da região é, segundo os fabricantes, o único capaz de resistir ao processo de queima que ocorre diretamente no fogo. Por isso, o grupo se organizou em uma associação na

tentativa de impedir a construção da estação de tratamento de esgoto que certamente provocaria a poluição do local. Queriam ainda, o livre acesso ao barreiro e o direito de extração da argila para assegurarem a permanência da produção dos utensílios.

Ademais, passaram a exigir do poder público a construção de um lugar apropriado para que todos os artesãos que quisessem trabalhar juntos, com mais espaço e em melhores condições, priorizando o aumento da produção e o aprimoramento do ofício. E foi assim, a partir da luta pelo barreiro e do pedido de um local próprio para a fabricação dos utensílios de barro que surgiu a APG como destacou a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora que desenvolveu seu mestrado com o tema da panela de barro, Carla Dias:

A associação é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Tem por finalidade mobilizar, integrar e conscientizar as Panelleiras para o exercício dos seus direitos, buscar melhores condições de trabalho, construir sede própria, como um Galpão, para administração, depósito, produção e comercialização, e promover e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que está inserida, através da sensibilização, mobilização e integração de esforços da população local e poderes públicos. É constituída de presidente, vice presidente, 1. Secretário, 2. Secretario e tesoureiro. Podem ser sócias da Associação as pessoas físicas, maiores de 18 anos, que exerçam a atividade de Panelleiras (DIAS, 2006, p. 91).

A partir do fragmento exposto, compete destacar que os artesãos se organizaram na década de 1980, contudo, como colocado anteriormente, já fabricavam os utensílios nos quintais de suas casas. Das reivindicações exigidas, duas merecem destaque pelos resultados. Primeiro, conquistaram o “direito de usufruto da jazida de barro, até então, em conflitos com a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e o Governo Estadual” (NICOLE *et.al.* 2012, p. 23). Segundo, a concretização de um local para o desenvolvimento dos trabalhos, como explica a seguir a especialista Carla Dias.

O Galpão, tal como existe hoje, foi construído em duas etapas. O primeiro Galpão foi construído em 1988 pela Prefeitura, em um terreno da Marinha às margens do mangue: *Praticamente dentro da maré, da lama*, explica Marinete. Quando a maré subia, chegava à porta, dificultando o acesso e o trabalho, pois precisavam de uma área livre para queimar e secar as panelas. O que chamavam de Galpão eram somente os 12 “quartinhos”, ocupados por 16 Panelleiras “sorteadas” entre 70 (DIAS, 2006, p. 39).

Em 1993, foi concluída a construção de outro espaço. Todavia, foi apenas em 2011 que os artesãos receberam um novo local para desenvolverem seus ofícios. Entregue em novembro de 2011, ocupando 940 m² e construído pela Prefeitura Municipal de Vitória com repasse da verba federal do Ministério do Turismo, estima-se que o valor gasto no empreendimento chegou próximo aos R\$ R\$ 1,7 milhões de reais.⁵ Equipado com 32 cabines com bancadas, armários e prateleiras individuais, o novo ambiente é amplo e recebe iluminação natural, o que viabilizou que os artesãos organizassem e sistematizem sua produção.

O saber fazer panelas de barro pretas

O cotidiano de trabalho dos fabricantes segue uma rotina e caracteriza-se no cumprimento de determinadas etapas. Estima-se que todo o processo de produção é realizado durante uma semana, a fabricação das peças iniciam na segunda-feira ou na terça-feira e quando o sábado se aproxima, que é o dia mais movimentado no galpão das panelleiras, os utensílios já se encontram prontos para serem vendidos.

O ofício é realizado a partir do conhecimento de todo o processo e da habilidade desenvolvida pelas mãos dos artesãos de Goiabeiras. Das técnicas empregadas, duas merecem destaque: primeiro não utilizam nenhum tipo de molde, por isso, as panelas apresentam como principal característica, “sem

⁵ Informação retirada do site: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/10/549067-rua+do+galpao+das+panelleiras+sera+exclusiva+para+turistas.html. Acessado: 25 ago. 2014.

torno” e, ainda, são queimadas em fogueiras preparadas a céu aberto, “sem forno”. Mas, não é apenas o conhecimento das técnicas e o barro apropriado que são necessários para a fabricação dos objetos. Tendo em vista que as práticas utilizadas não se caracterizam em uma mera repetição do saber fazer panelas de barro, mas sim em técnicas que permitem mudanças e adaptações (HOBBSAWM; RANGER, 2002). Por isso que o conhecimento empregado nos artefatos de barro pode ser utilizado na produção de frigideiras, caldeirões e vasos.

Etapas da fabricação

A primeira etapa a ser desenvolvida caracteriza-se na extração da argila. Antes da década de 1980, os artesãos tinham livre acesso ao Vale Mulembá, fato que se alterou quando o local tornou-se propriedade da prefeitura. Mesmo após a APG conseguir o usufruto do barreiro, a retirada da matéria-prima passou a ser controlada pela prefeitura, responsável também pelo transporte do produto até o galpão onde as panelas são produzidas. A argila proveniente da jazida localizada no bairro Joana D'Arc apresenta peculiaridades em sua composição, é composta por 40% de argila, 26% de silte, 13% areia fina, 13% areia média, 8% de areia grossa. As características do barro permitem a produção de panelas “sem torno, nem forno”, quando mole, tornam-se de fácil manuseio para a modelagem, após prontas, secam mais rápido agilizando as etapas seguintes e, ainda, não racham e nem estouram durante o processo de queima. Além do mais, as panelas ao serem utilizadas no preparo dos alimentos conseguem reter com mais facilidade o calor, possibilitando que o prato preparado permaneça mais quente por mais tempo.

Após a argila ser removida e transportada para o galpão, ocorre o processo de limpeza. Nesse momento, são retirados restos de folhas, pedras e gravetos, o barro é amolecido com os pés e uma quantidade de água até ficar

no ponto de ser modelado. Quando pronto, é vendido em forma de “bolas” de 10 quilos que custam em média de R\$ 2,00. Cada artesão adquire a quantidade necessária para produzir as panelas no período de 15 dias, uma medida estabelecida pela prefeitura local priorizando o uso sustentável da matéria-prima.

Assim que o barro se encontra no galpão e o processo de amolecimento está em andamento, inicia-se a etapa da preparação do tanino, que é um tipo de pigmento e impermeabilizante que reveste de cor preta a panela de barro. O produto provém da casca da árvore conhecida como mangue vermelho (*Rhizophora Mangle*), que é encontrada no manguezal ao lado do galpão, após removida, a casca é amassada e depositada na água por alguns dias até que o líquido transforma-se em um tinta vermelha utilizada nas panelas durante o processo de queima. A tintura natural, além de proporcionar a pigmentação escura, é um impermeabilizante que torna os utensílios resistentes às altas temperaturas que são submetidas durante a queima a céu aberto.

O barro bruto transforma-se em panela a partir dos trabalhos desenvolvidos com as mãos dos artesãos, esse processo é denominado modelagem ou puxada e é designado assim porque a argila amolecida é amparada em uma tábua e moldada com as mãos, sem o uso de um torno. É utilizada apenas uma cuia, ferramenta que é retirada do fruto não comestível do pé de coité e que auxilia nos contornos das panelas em confecção. A modelagem exige o conhecimento das técnicas, pois os artesãos ao puxarem o barro de forma precisa e especializada dão forma e determinam o tamanho e espessura. Com a panela modelada e argila ainda mole é o momento de retirar as impurezas com uma faca e também o excesso de barro com um arco.

A secagem é uma etapa que ocorre mais de uma vez durante todo o processo e, juntamente com o clima, determinam o tempo de fabricação do

utensílio. A saber, em dias de muito sol e calor, as panelas secam mais rápido, já em dias nublados e frios demoraram mais para secarem. Enquanto não se encontram secas, a próxima etapa não pode ser cumprida como a modelagem do fundo, que consiste na raspagem do excesso de barro do fundo das panelas com o auxílio de um arco. Já o alisamento configura-se no polimento dos utensílios com pedras que são encontradas nas beiras dos rios, também conhecidas como seixo rolado. Destaca-se que o saber fazer panelas de barro baseia-se na relação que os artesãos estabelecem com o meio ambiente, ao extrair recursos da própria natureza e incorporá-los em seus trabalhos.

Quase próximo do fim da semana, lembrando que todo o processo demora em média cinco ou seis dias, as panelas já estão completamente secas e prontas para transformarem-se em pretas, pois até essa etapa não apresentam uma das principais características, a pigmentação escura. Os utensílios são queimados a céu aberto e açoitados pelas vassourinhas de muxinga imersas de tintura de tanino. Esse instrumento é feito dos galhos de uma planta homônima nativa da localidade capaz de resistir às altas temperaturas da queima. O processo dura aproximadamente 30 min e é realizado normalmente uma vez por semana por dois motivos - todas as panelas produzidas encontram-se prontas e as fogueiras são acessas uma vez apenas, facilitando a queima de todos os utensílios.

A intenção aqui foi apresentar um pouco o modo como os artesãos de Goiabeiras se organizam e explicitar as técnicas empregadas na fabricação dos utensílios panelas. O objetivo, assim, repousa na compreensão das panelas e das paneleiras a partir do contexto em que estão inseridas (DIAS, 2006, p. 23), visto que as técnicas de produção de panelas de barro e todas as peculiaridades elencadas anteriormente fez dessa manifestação cultural uma prática a ser valorizada e salvaguardada pelo Iphan. Nesse sentido, o cabedal de conhecimento praticado por essas pessoas passou a compor o rol patrimonial

brasileiro junto os bens materiais de pedra e cal. São, por isso, referenciados nesse trabalho, por serem exemplos do que hoje também passou a ser considerado patrimônio cultural nas políticas instituídas pelo Iphan.

Ao considerar a categoria imaterial como um produto dos discursos patrimoniais do Iphan que compõem, junto com a categoria material, os cenários patrimoniais no Brasil. Acredita-se ser possível analisar o tema de maneira complexa, conforme são desenvolvidos por profissionais das diversas áreas do conhecimento. A vista do exposto busca-se compreender como ocorreu a consolidação da categoria imaterial pelo Iphan e como o órgão atualmente gerencia as distintas naturezas dos patrimônios considerados como representantes da nação.

O discurso do Iphan sobre a fabricação da painela de barro preta: de manifestação cultural a patrimônio cultural brasileiro

Configura-se a partir do explanado que a painela de barro preta fabricada em Goiabeiras foi o primeiro bem registrado no *Livro dos Saberes* com as seguintes denominações: *Fabricação das painelas de barro de Goiabeiras* ou *Ofício das paineleiras de Goiabeiras, artesanato cerâmico de Goiabeiras* (IPHAN, 2001). Como produto desse processo institucional foi elaborado um dossiê,⁶ em 2006, com o caráter primordial de divulgação do bem inventariado. A análise do documento se faz necessária com o intuito de perceber o modo como o instituto brasileiro alinhou o seu discurso sobre o patrimônio cultural. Portanto, como as painelas de barro já eram conhecidas bem antes das ações institucionais, faltava dar visibilidade aos produtores culturais, contar suas histórias e o modo como esses se relacionavam com a produção dos utensílios.

Compete, assim, analisar os argumentos explanados pelo historiador e arqueólogo, Hugues Varine (2012), ao explicitar suas experiências em Portugal

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=724>. Acessado: 23 set. 2014.

no livro *Raízes do Futuro*, traduzido no Brasil em 2012. Para o autor, o tema deve ser analisado a partir do tripé: comunidade, desenvolvimento e patrimônio. Logo, defende o patrimônio como um instrumento e recurso para o desenvolvimento local, visto que sua importância não encontra primordialmente na chancela institucional, mas sim, repousa no uso que as pessoas possam dele fazer.

Inserida nesta proposta, elucida o conceito de “subsidiariedade”, que se baseia no entendimento de que a gestão do patrimônio deve ser realizada com a total participação dos detentores dos saberes (VARINE, 2012, p. 25). Isso quer dizer que, aquilo que o grupo compreende como seu patrimônio, não pode desaparecer perante as preocupações do Estado. A saber, quando uma instituição responsável por gerenciar um bem de uma determinada comunidade não procurou conhecê-la a fim de ter ciência de seus anseios e projetos, corre-se o risco das ações institucionais tolherem os anseios do grupo, quando na verdade deveria acontecer o contrário. Afinal, aquele patrimônio pertence à vida daquelas pessoas (VARINE, 2012, p. 34).

Nota-se, portanto, como defende o autor, que o desenvolvimento local é o mecanismo capaz de gerar subsidiariedade através da participação comunitária. Ao modo que é capaz de fazer com que os indivíduos se envolvam e se identifiquem com as etapas de proteção do bem cultural, como a conservação, restauração ou inventário, visto que só assim a estratégia de proteção irá funcionar. Tese também defendida pelo professor Antonio Augusto Arantes, quando diz:

Programas e políticas sociais de educação, de distribuição de renda, de cultura, entre outros – conduzidos por instituições públicas ou privadas alcançam, com frequência apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, aos procedimentos de implementação e à avaliação dessas ações os interesses e os projetos das populações-alvo e estimular a sua capacidade de tomar decisões e de articular estrategicamente (ARANTES, 2004, p. 09).

Hugues de Varine completa, ainda, que os usos que as pessoas fazem dos bens culturais devem ser incorporadas às práticas de conservação do patrimônio. Sendo assim, ações desempenhadas no âmbito local, dada a sua importância, poderão ser agregadas como componentes da salvaguarda e não rejeitadas pelas políticas patrimoniais. Compete enfatizar que as instituições responsáveis pela gerência patrimonial ocupam um papel basilar na preservação do patrimônio cultural, todavia, a partir dos argumentos apresentados, acredita-se que as comunidades detentoras dos bens culturais são também peças fundamentais nessa dinâmica.

Dito isso, cabe trazer as análises sobre o papel das comunidades na escolha, gestão e preservação dos patrimônios brasileiro. Assim, destaca-se que os principais protagonistas do dossiê preparado pelo Iphan foram os próprios artesãos de Goiabeiras e as técnicas empregadas na fabricação das panelas de barro. Os dados presentes no documento oficial foram retirados de questionários aplicados com base na metodologia do INRC, isso quer dizer que as informações foram conseguidas diretamente com os fabricantes.

Apesar disso, considera-se o conteúdo do dossiê como fruto das escolhas realizadas pelo discurso “autorizado” (SMITH, 2006), do Iphan, com o propósito de legitimar a importância desse patrimônio cultural. Por exemplo, ao enfatizar a fabricação das peças de barro por mãos femininas, conforme apresentado pelos fragmentos a seguir:

A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário (IPHAN, 2006, p. 13).

Habilidosas, trabalhadeiras, orgulhosas de seu saber, vaidosas de seu fazer, essas são as *Panelas de Goiabeiras*. Mulheres entre 15 e 88 anos de idade, muitas delas pertencem às famílias mais antigas envolvidas com o ofício, seja por laços de parentesco, seja pelo casamento (IPHAN, 2006, p. 27).

Todavia, se no passado a execução dos trabalhos caracterizava-se apenas pelo viés feminino, atualmente, no galpão em Goiabeiras, alguns homens também se tornaram artesãos no ofício de modelar o barro pela demanda e pelo lucro que a prática começou proporcionar. Dois exemplos podem ser utilizados, o primeiro é da artesã Mariane Silva Santos, que em conversa durante os trabalhos de campo (maio de 2013) afirmou que o retorno financeiro que a venda das panelas proporcionam são bem maiores do que o salário do seu marido. Outro exemplo é do senhor Carlos Barbosa dos Santos, produtor de panelas há 30 anos e que garantiu que o seu trabalho como artesão de panelas lhe proporciona mais estabilidade financeira do que qualquer outra função que ele venha desempenhar. O assunto é desenvolvido pelo dossiê da seguinte maneira:

A participação crescente de homens na modelagem ou puxada da panela: das 55 paneleiras cadastradas em 2001, 48 eram mulheres e sete eram homens. Apesar da presença masculina, fazer panelas de barro é definitivamente uma atividade associada ao gênero feminino, inscrita nas representações sociais (IPHAN, 2006, p. 28).

Disso não há contestação nem mesmo pelos homens que executam o ofício de paneleira no Galpão, os quais se autodenominam artesãos (IPHAN, 2006, p. 28).

Assim, o ofício alcançou um *status* dentro do bairro de Goiabeiras se comparado há alguns decênios. Como já colocado, fazer panelas representava uma função desqualificada realizada por algumas pessoas, na maioria mulheres, que não conseguiram a inserção no mercado de trabalho, assim, fabricavam e vendiam os objetos para melhorar o orçamento da família. Atualmente, esse cenário se modificou e as panelas pretas tornaram-se a principal fonte de renda e de orgulho para os artesãos. Foram, por exemplo, tema de exposição,⁷ de

⁷ Informações sobre a exposição: http://www.peoplefrombrazil.com/wordpress/?page_id=2881. Acessado: 01 set. 2014.

feiras internacionais e, também, das principais festas regionais capixabas, como *A Festa das Panelas*.⁸

Outra análise que convém expor é sobre o bairro de Goiabeiras, local onde se localiza a manifestação cultural e que também faz parte do universo que compõe a identidade de paneleira. Vale lembrar que a metodologia empregada no INRC tem como pressuposto que as biografias dos detentores do saber sejam a principal fonte de informação. Assim, a localidade se faz presente no imaginário e no discurso dos fabricantes de panelas como sendo o espaço de convergência entre o passado e presente e, onde vislumbram o futuro de suas atividades. Nesse contexto, ocorreu o registro pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como Indicação Geográfica, na modalidade Indicação de Procedência.⁹

A principal mudança conferida pela certificação do INPI diz sobre o acautelamento dos utensílios perante as crescentes “falsificações”, visto que as panelas de barro fabricadas no bairro de Goiabeiras caracterizam-se como as legítimas. Isso se fez necessário devido à demanda de outros produtos sem a utilização das técnicas aplicadas pelos artesãos de Goiabeiras.

A procura crescente pelo produto vem estimulando sua imitação por técnicas que incluem o emprego do torno e do forno, o que aumenta o ritmo da produção e barateia o preço final do produto concorrente, Embora se assemelhe na cor e na forma às panelas de Goiabeiras, essas outras não oferecem a mesma resistência daquelas ao impacto e à temperatura, nem carregam a identidade e o selo da tradição (IPHAN, 2006, p. 29).

O registro do INPI pode ser entendido como uma medida tomada para minimizar tal questão ao suprir a dificuldade de se empregar as leis da

⁸ Informações sobre a Festas das Panelas: <http://www.nossooespiritosanto.com.br/index.php/agendaoutubro13/172-20-festa-das-panelas/155-20-festa-das-panelas-2013-de-25-a-27-de-outubro-em-goiabeiras-vitoria-es>. Acessado: 01 set. 2014.

⁹ Fonte: http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_26-08-2014.pdf. Acessado: 01 set. 2014.

propriedade intelectual que é associada ao saber individualizado e não a um grupo como é o caso dos artesãos de Goiabeiras.

Assim, os discursos (institucionais e dos fabricantes) baseiam-se no fato de as panelas serem sempre feitas da mesma maneira, no entanto, destaca-se que ocorreram algumas alterações na tríade modos de fazer, matéria-prima e divisão de trabalho, que cabem ser elencadas. Como a casca do mangue vermelho que produz o tanino, tintura utilizada na impermeabilização das panelas durante o processo de queima e que caracteriza a cor escura da mesma. A atual forma de retirada respeita as diretrizes estabelecidas pelo Ibama, ou seja, é extraída apenas uma parte da casca, pois assim, a árvore pode se recuperar. Outra mudança baseia-se na extração da argila como matéria-prima, conforme exposto no texto a seguir:

O aumento da demanda pelas panelas e o reconhecimento de sua atividade como Patrimônio Cultural do Brasil têm provocado uma mudança de atitude das paneleiras com relação à sustentabilidade do seu ofício e do conseqüente comprometimento com a preservação do barreiro. Nesse contexto, vem se trabalhando com as paneleiras a ideia de que o barro é um recurso natural não renovável. Elas partilham a crença de que “o barro não acaba”, explicando: “se a argila do barreiro vem sendo usada desde muito antes das nossas bisavós e nunca se acabou, nossas filhas, netas e bisnetas vão tirar o barro dali pra sempre”. Confrontadas os dados técnicos sobre o esgotamento do barreiro nos próximos 18 anos, as paneleiras estão se conscientizando da necessidade de racionalizar a exploração da jazida e de buscar fontes alternativas dessa matéria-prima (IPHAN, 2006, p. 24).

Apresentaram-se alguns fragmentos do dossiê preparado pelo Iphan com o propósito de divulgar esse bem como patrimônio imaterial. A análise do dossiê foi realizada considerando que parte dos discursos do órgão sobre o patrimônio brasileiro está materializado no documento em questão. Acredita-se, assim, que a história apresentada das paneleiras e das panelas de barro pretas permitem compreender que realizar estudos com a temática

patrimonial significa considerar que o tema faz parte de relações sociais inseridas em uma sociedade polifônica.

Considerações finais

Podem as panelas falar? Com tal provocação, o artigo buscou apresentar uma análise da atual política patrimonial do Iphan e enfatizar que é possível uma abordagem que valoriza o cabedal de conhecimento vivenciado, transformado e transmitido pelos diversos grupos culturais, como o caso das técnicas empregadas na fabricação das panelas pretas. Os artesãos de Goiabeiras foram referenciados nesse artigo por serem exemplos do que hoje passou ser considerado patrimônio pelos projetos preservacionistas nacionais.

Diferentemente do tombamento, que prioriza a invariabilidade do patrimônio, os bens imateriais configuram-se pela capacidade de transformação e ressignificação dos conteúdos pelos praticantes. Nesse viés, acredita-se que a recente concepção patrimonial consolidada na última década possibilitou a salvaguarda dos bens intangíveis o que resultou em uma valorização da cultura produzida pelos diversos segmentos sociais e culturais. Metaforicamente, as panelas puderam falar ou, ao menos, desestabilizaram os projetos preservacionistas que naturalizavam a vertente material dos patrimônios.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 1, n. 13, p. 11-18, 2004.

ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio e produção cultural. *São Paulo, Iphan*. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo>. Acessado: 19 set. 2014.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Decreto no 3.551, de 2 de outubro de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acessado: 15 mar. 2014.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Decreto-lei no 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acessado: 15 mar. 2014.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2008.

COLI, Jorge. Materialidade e Imaterialidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 69-79, 2012.

DIAS, Carla C. *Panela de Barro Preta*. A Tradição das Panelas de Goiabeiras, Vitória/ES. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 56-76.

FREIRE, Beatriz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 11-20, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. Introdução. In: *A invenção das tradições*. Trad. Celine Cavalcante. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 9-23.

IPHAN. *Livro do registro dos saberes*. Brasília: Iphan/MinC, 2001.

IPHAN. *Ofício das panelas de Goiabeiras*. Brasília: Iphan/MinC, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: MinC/IPHAN/FNA, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2012, p 25-41.

NICOLE, Braz Campos et al. Etnografia - As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. *Simbiótica*, Vitória, v. 1, n., 2012.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London; New York: Routledge, 2006.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial. *Em questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2011.

TAMASO Izabela. A expansão do Patrimônio: Novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Brasília: Ed. UnB, 2002. Série Antropologia, n.390.

VARINE, Hughes de. *As raízes do futuro*. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

